



Fundação de Previdência Complementar do
Estado de São Paulo
SP - PREVCOM

Conselho Fiscal
Relatório de Controles Internos
1º Semestre de 2015

SUMÁRIO

1.	Introdução	1
2.	Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e à Políticas de Investimentos	2
2.1.	Políticas de Investimentos para o exercício de 2015	2
2.2.	Alocação	2
2.3.	Rentabilidade	3
2.4.	Custos com Gestão de Recursos	5
2.5.	Controle de Riscos de Investimentos	7
2.6.	Comentários e Recomendações	8
2.7.	Manifestação	8
3.	Análise da Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais	9
3.1.	Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS (Anexo VI)	9
3.2.	Cobertura Patrimonial dos Planos	11
3.3.	Manifestação do Conselho Fiscal	13
4.	Acompanhamento da Execução Orçamentária	14
4.1.	Gestão Previdencial	14
4.1.1.	Da execução orçamentária das Adições	14
4.1.2.	Da execução orçamentária das Deduções	17
4.2.	Gestão Administrativa	18
4.2.1.	Da execução orçamentária das receitas administrativas	18
4.2.2.	Da execução orçamentária das despesas administrativas	19
4.2.3.	Acompanhamento dos indicadores de Gestão	20
4.3.	Investimentos	22
4.3.1.	Da execução orçamentária dos investimentos	22
4.4.	Comentários e Recomendações	23
4.5.	Manifestação	24
5.	Investimentos em Ativo Permanente	25
5.1	Comentários e Recomendações	26
6.	Controles Internos	27
6.1.	Comentários e Recomendações do relatório anterior (2º semestre/2014)	27
6.2.	Manifestação	29
7.	Processos de Certificação	30
7.1.	Conformidade aos processos de certificação, habilitação e qualificação da SP-PREVCOM	30
Anexos	34



1. Introdução

O Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM, representados por seus membros infra-assinados, manifesta-se acerca das determinações contidas no artigo 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, referente às atividades desenvolvidas no 1º semestre de 2015.

As constatações apresentadas neste relatório referem-se aos seguintes Planos de Benefícios:

- Plano de Benefícios PREVCOM RP (CNPB 2013.0001-38)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG (CNPB 2013.0002-19)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG-UNIS (CNPB 2013.0020-92)

As constatações do Plano de Gestão Administrativa – PGA serão demonstradas de forma consolidada, uma vez que os recursos destinados à gestão administrativa dos planos de benefícios e as respectivas despesas são geridos de forma solidária, sendo registrada em cada plano de benefícios, a parcela a este pertinente.



2. Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e às Políticas de Investimentos

2.1. Políticas de Investimentos para o exercício de 2015

O Conselho Deliberativo da SP-PREVCOM aprovou em sua 36ª reunião Ordinária, realizada em 23/03/2015, as Políticas de Investimentos segregadas por planos PREVCOM RP, PREVCOM RG, PREVCOM RG UNIS, com vigência de março a dezembro de 2015, as quais poderão ser submetidas a revisões durante o seu período de validade, sempre que necessário, a fim de garantir condições de segurança, rentabilidade, liquidez, solvência e transparência aos investimentos frente às mudanças da conjuntura econômica vigente e âmbito legal.

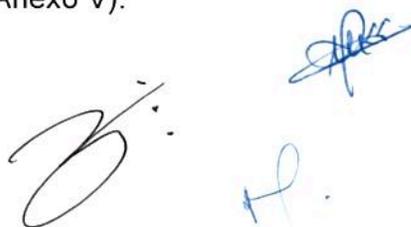
Os Planos de Benefícios estão estruturados na modalidade de Contribuição Definida e, estão devidamente registrados no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

2.2. Alocação

Conforme previsão no Estatuto, e nas Políticas de Investimentos, a Fundação optou pela manutenção da gestão terceirizada da administração dos recursos financeiros dos planos de benefícios, sendo atualmente efetuada pelo Banco BTG Pactual.

Atualmente, a SP PREVCOM mantém a gestão dos recursos vinculados a mesma Administradora responsável pela administração, custódia e controladoria de Fundo. Com objetivo de ajustar-se aos preceitos do art. 9º da Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN de nº 3.792/2009, o qual estabelece a segregação das funções de gestão, administração e custódia, bem como, zelar pela boa prática de governança corporativa, está em análise pela Fundação, a proposta de abertura de processo de licitação para contratação de um prestador de serviços de custódia do Fundo.

Foi disponibilizado pela Fundação, o Regulamento do Fundo de Investimento (Anexo II), o qual rege como os recursos foram inicialmente alocados, bem como as lâminas de controle de risco e composição da carteira (Anexo III). Abaixo, segue quadro da alocação dos recursos por segmento de aplicação, em conformidade com a Política de Investimentos e, a efetiva posição de fechamento do semestre, com base no Relatório de Segmentação, disponibilizado pela CVM. (Anexo V):



SEGMENTO DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS		LIMITE RES. 3.792	Sublimites Res. 3.792	LIMITE INFERIOR	PONTO ÓTIMO	LIMITE SUPERIOR	Posição 1º Sem 2015	RETORNO REAL ESPERADO	Retorno Real Realizado 1º Sem/ 2015	DESVIO PADRÃO (anualizado)	DESVIO PADRÃO Realizado (anualizado)
Renda Fixa		100,00%		87,00%	92,00%	100,00%	100,00%				
Títulos Públicos	Títulos do Tesouro Nacional (TTN)	100,00%	100,00%	60,00%	70,00%	100,00%	100,00%				
Títulos Privados	Outros de Ativos Renda Fixa (excluindo títulos públicos)		80,00%		14,00%	30,00%	0,00%	5,47% aa	2,67% no semestre	3,00%	0,35%aa
	CCB, CCCB e Notas Promissórias		20,00%		0,00%	5,00%	0,00%				
	NCE e CCE		20,00%		0,00%	0,00%	0,00%				
	FIDC e FICFIDC	80,00%	20,00%	0,00%	0,00%	10,00%	0,00%				
	CRI		20,00%	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%				
	CCI		20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%				
	CPR, CDCA, CRA e Warrant Agropecuário (WA)		20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%				
	Demais títulos e valores mob.s de emissão de cia. aberta		20,00%	8,00%	10,00%	0,00%					
Renda Variável		70,00%		0,00%	6,00%	10,00%	6,00%				
	Novo Mercado		70,00%					8,63% aa	n/d	25,50%	n/d
	Nível 2		60,00%								
	Bovespa Mais		50,00%		3,00%	10,00%	0,00%				
	Nível 1		45,00%								
	Demais companhias de capital aberto	70,00%	35,00%	0,00%							
	FI de Índice Ref. em Ações admitidas à negociação em bolsa		35,00%		2,00%	10,00%	0,00%				
	Títulos de emissão de SPE		20,00%		1,00%	5,00%	0,00%				
	Demais investimentos de renda variável		3,00%		0,00%	0,00%	0,00%				
3. Investimentos Estruturados		20,00%		0,00%	2,00%	3,00%	0,00%				
	Fundos de Participações		20,00%		0,00%	0,00%	0,00%	n/d	n/d	n/d	n/d
	Fundos de Empresas Emergentes	20,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%				
	Fundos de Investimento Imobiliário		10,00%		0,00%	0,00%	0,00%				
	FI ou FIC multimercado		10,00%		2,00%	3,00%	0,00%				
4. Investimentos no Exterior		10,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%				
	Ativos emitidos no exterior via FI constituídos no Brasil		10,00%		0,00%	0,00%	0,00%	n/d	n/d	n/d	n/d
	FI e FIC Dívida Externa		10,00%		0,00%	0,00%	0,00%				
	FI de índice estrangeiros negociados em bolsa no Brasil	10,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%				
	Brazilian Depository Receipts (BDR)		10,00%		0,00%	0,00%	0,00%				
	Ações de Cias sediadas no Mercosul		10,00%		0,00%	0,00%	0,00%				
5. Imóveis		8,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%				
	Empreendimentos imobiliários		8,00%		0,00%	0,00%	0,00%	n/d	n/d	n/d	n/d
	Imóveis para aluguel e renda	8,00%	8,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%				
	Outros imóveis		8,00%		0,00%	0,00%	0,00%				
6. Operações com Participantes		15,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%				
	Empréstimos		15,00%		0,00%	0,00%	0,00%	n/d	n/d	n/d	n/d
	Financiamentos Imobiliários	15,00%	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%				
Índice de Referência								IPCA+5%aa			

2.3. Rentabilidade

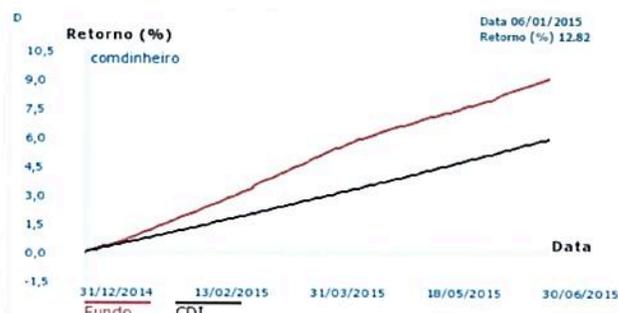
Conforme as Políticas de Investimentos dos Planos, a Fundação decidiu pela alocação de seus investimentos com retorno global de longo prazo e o índice de referência estabelecido é o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acrescido de 5,00% (cinco por cento) ao ano.

A rentabilidade apurada, até a presente data, denota amostragem temporal suficiente para avaliação de desempenho e, com base no gráfico de Retorno Acumulado de 2015, pode-se verificar que a partir de abril de 2015, a rentabilidade acumulada no semestre foi superior à rentabilidade meta e, o retorno real, nesse período, foi de 2,67%, mesmo com a alta da inflação que fechou em 6,17%.



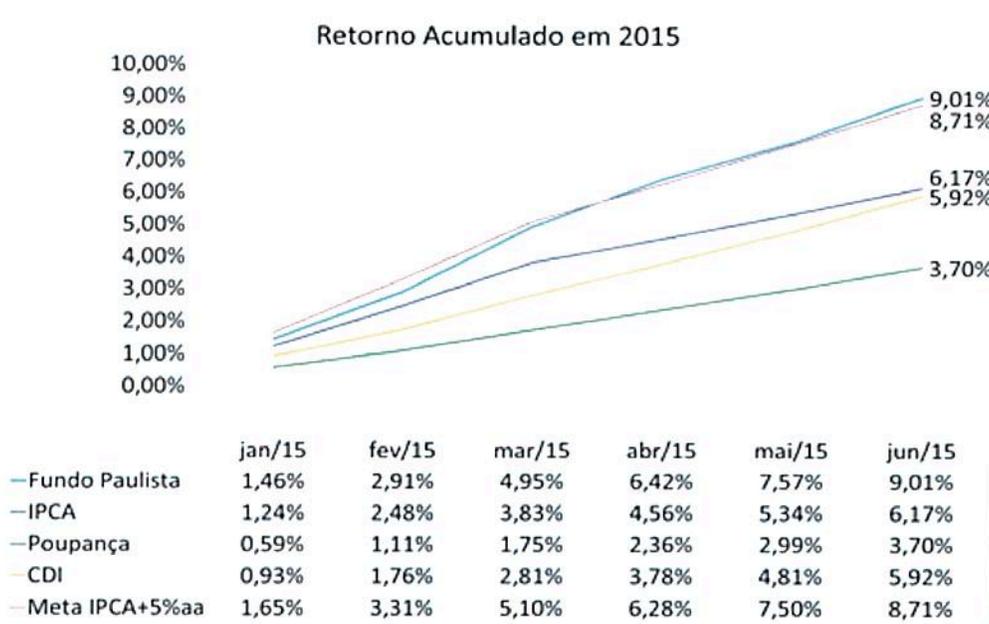
Período da Análise: 31/12/2014 a 30/06/2015. Retornos em %.

Ativo	Mês	Ano	12 meses	24 meses	No período	Mai 2015	Abr 2015	Mar 2015	Fev 2015	Jan 2015	Dez 2014	Nov 2014	Out 2014	Set 2014	Ago 2014	Jul 2014	Jun 2014
Fundo	1,34	9,01	14,93	28,69	9,01	1,08	1,40	1,98	1,43	1,46	1,19	0,89	1,11	0,57	0,80	0,81	1,03
CDI	1,07	5,92	11,77	22,60	5,92	0,98	0,95	1,04	0,82	0,93	0,96	0,84	0,94	0,90	0,86	0,94	0,82
Percent CDI	125,74	152,12	126,88	126,95	152,32	109,61	148,15	190,84	175,03	156,88	124,44	106,02	117,41	63,08	92,79	85,66	125,63
IBGE_IPCA	0,79	6,17	8,89	16,00	6,17	0,74	0,71	1,32	1,22	1,24	0,78	0,51	0,42	0,57	0,25	0,01	0,40
IBGE_IPCA+5%aa	1,20	8,71	14,78	28,38	8,71	1,13	1,10	1,75	1,57	1,65	1,21	0,90	0,87	1,00	0,66	0,46	0,79
ANBIMA_IMAB	-0,27	8,34	12,78	20,69	8,34	2,57	2,44	-0,28	0,54	3,12	-1,91	2,14	2,08	-3,53	4,82	1,13	0,06



Global	Rentabilidade Global por Semestre		
	Rentabilidade	Índice de Referência ¹	% do Índice de Referência
1º Semestre de 2014	6,87%	6,27%	109,57%
2º Semestre de 2014	12,70%	11,73%	108,59%
1º Semestre de 2015	9,01%	8,71%	102,50%

1 – Índice de Referência = IPCA + 5% a.a.



Segmento de Renda Fixa

Quando observado o desempenho de carteiras por segmentação, a Fundação manteve a sua estratégia de alocação em ativos atrelados ao IPCA, em sua maioria em NTN-Bs, porém passou adquirir títulos com prazo de vencimento mais curto, com base na avaliação realizada sobre os ativos e passivos da Fundação e, conseqüentemente com objetivo de garantir recursos para honrar seus compromissos futuros dentro do prazo. Os títulos aplicados estão marcados na curva do papel e serão levados até o seu vencimento.

A decisão do Conselho Deliberativo em mudar o benchmark em 2015, para avaliação dos investimentos alocados em Renda Fixa, de Índice Geral AMBIMA – Série B ou simplesmente IMA – B, composta apenas por Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTNBs), que são títulos públicos que remuneram o investidor em uma taxa de juros pré-fixada + variação do IPCA no período, para CDI, foi baseada no ambiente macroeconômico e a estratégia foi acertada, pois a Fundação apresentou um desempenho favorável quando comparado ao benchmark, o CDI.

Global	Rentabilidade Renda Fixa por Semestre		
	Rentabilidade	Índice de Referência	p.p. em relação ao benchmarking
1º Semestre de 2013 ¹	2,40%	-6,89%	9,29%
2º Semestre de 2013 ¹	4,49%	-2,55%	7,04%
1º Semestre de 2014 ¹	6,40%	9,40%	-3,00%
2º Semestre de 2014 ¹	11,70%	14,10%	-2,40%
1º Semestre de 2015 ²	9,01	5,92	3,09

1-Índice de Referência = IMA-B

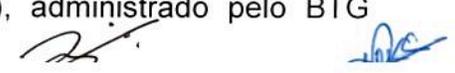
2-Índice de Referência = CDI

Segmento de Renda Variável

Embora previsto nas suas Políticas de Investimentos, a Fundação preferiu adotar uma estratégia com perfil conservador e, conseqüentemente não fez aplicações no segmento de renda variável.

2.4. Custos com Gestão de Recursos

A atual estrutura de custos da administração dos recursos financeiros está relacionada à remuneração anual de 0,06% (zero vírgula zero seis por cento) ao ano aplicado sobre o patrimônio Líquido do Paulista Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado ("Paulista FIQ"), administrado pelo BTG

Pactual e, rateada entre os diversos prestadores de serviços ao FUNDO adicionado de taxas de administração dos fundos de investimento cujas cotas são adquiridas. São ainda deduzidas do Patrimônio do Fundo, as despesas relacionadas à taxa de fiscalização CVM, ANBIMA, publicações em geral, sistemas de custódia (SELIC/CETIP), custos relacionados à auditoria, dentre outras. Além disso, há despesas relacionadas aos investimentos nos Fundos: Bela Cintra e Fundos DI.

Estrutura de Investimentos

PAULISTA FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	
valor em R\$	277.838.208,54
qtde de quotas	145,796,516.516624
Valor da quota	1,209188
nº quotistas	1
resgate	"d" + 0
tx adm	0,06% a.a.

↓

BELA CINTRA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	
valor em R\$	R\$ 212.496.702,00
qtde de quotas	169.259.175
Valor da quota	R\$ 1,255452
nº quotistas	1
resgate	"d" + 2
tx adm	0,14% a.a.
tx performance	não há

↓

HADDOCK FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	
valor em R\$	R\$ 60.847.710,35
qtde de quotas	58.322.347
Valor da quota	R\$ 1,043300
nº quotistas	1
resgate	"d" + 2
tx adm	0,14% a.a.
tx performance	não há

↓

BTG PACTUAL MASTER CASH FUNDO DE INVESTIMENTO REFERENCIADO DI	
valor em R\$	R\$ 4.505.173,38
qtde de quotas	2.219.487
Valor da quota	R\$ 2,029827
nº quotistas	63
resgate	"d" + 0
tx adm	0,20% a.a.
tx performance	não há

Nome Fundo	Descrição	Final (R\$)	% PL	Tx Adm % aa
Bela Cintra FI RF	18.972.445/0001-07	212.496.702,00	76,5%	0,14
BTG Pactual Master Cash FI Ref DI	09.215.250/0001-13	4.505.173,38	1,6%	0,20
Haddock Fundo de Investimento Renda Fixa	21.689.243/0001-59	60.847.710,35	21,9%	0,14
Média Ponderada				0,14
Fundo Paulista FIMM CP	17.433.272/0001-88			0,06
Custo Total da Estrutura				0,20



Custos de Gestão

PAULISTA FIQ FIM							Data Inicial	02/jan/15
							Data Final	30/jun/15
Contas	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15		
Taxa de Administração	(8.908,45)	(9.507,62)	(8.796,13)	(11.637,45)	(11.493,45)	(12.213,60)		
Taxa de Performance	-	-	-	-	-	-		
Despesa de BM&F	-	-	-	-	-	-		
Despesa de Bovespa	-	-	-	-	-	-		
Despesa de Cartório	-	-	-	-	-	-		
Despesa de Taxa de Auditoria	-	-	-	-	-	(3.944,69)		
Despesa de Taxa de Custódia	-	-	-	-	-	-		
Despesa de Taxa de Fiscalização - CVM	(2.880,00)	-	-	(3.840,00)	-	-		
Despesa de Taxa de Publicação ANBID	-	-	(667,30)	-	(1.334,60)	(667,30)		
Despesa de Taxa de Util. SELIC	-	-	-	-	-	-		
Despesa de Taxa de Util. CETIP	-	-	(2.323,77)	(6.277,57)	(2.358,00)	(2.361,83)		
Despesas c/ Correspond. e Impressos	-	-	-	-	-	-		
Despesas com Publicação de Atas	-	-	-	-	-	-		
Despesas com Corretagem	-	-	-	-	-	-		
PIS / COFINS	-	-	-	-	-	-		
CPMF	-	-	-	-	-	-		
IR a Recolher	-	-	-	-	-	-		
Outras Despesas	-	-	-	-	-	-		
Outras Receitas	-	-	-	-	-	-		
Total	(11.788,45)	(9.507,62)	(11.787,20)	(21.755,02)	(15.186,05)	(19.187,42)		

Obs.: A apuração dos valores é efetuada utilizando-se o critério de fluxo de caixa

2.5. Controle de Riscos de Investimentos

O Conselho Deliberativo definiu às Políticas de Investimentos alguns parâmetros de exposição a risco de mercado por segmento de aplicações (Anexo I). Na segmentação de renda fixa, a Fundação em consonância as disposições da Resolução CGPC nº 04/2002, classificou os ativos alocados no fundo "Bela Cintra Fundo de Investimento", que representam 76,48% do patrimônio dos recursos previdenciários, na categoria de títulos mantidos a vencimento. Neste sentido, este Conselho entende que a tolerância à exposição a risco de perdas financeiras máximas, em cenários de *stress*, no segmento de renda fixa de 2,00 % de desvio padrão, do patrimônio líquido do fundo não se aplica aos ativos classificados nesta categoria, dado que os mesmos são acruados contabilmente pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, não sensibilizados pelas taxas vigentes de mercado. Na segmentação de renda variável, não houve aplicação no primeiro semestre de 2015. Em relação à exposição de risco de crédito, apesar de prevista na Política de Investimentos, não foi utilizada, dado que a carteira atual está concentrada em títulos públicos. Entretanto, conforme informações disponibilizadas pelo administrador/gestor, todos os ativos tem atribuição de *ratings* em escala nacional por agências internacionais de classificação de risco.

No que tange a liquidez, a diversificação da atual estrutura de investimentos estabelece a conversão das quotas em diferentes prazos, de forma a atender as obrigações da Fundação e o perfil do exigível atuarial dos seus planos de benefícios.



2.6. Comentários e Recomendações

Comentários:

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios disponibilizados identificou que 100% dos recursos garantidores dos planos de benefícios são investidos no Paulista FIQ, classificado como um fundo "Multimercado". Conforme quadro exposto, no item 2.2, constatamos que a composição final dos ativos, para fins de enquadramento nos segmentos de aplicação, apresenta 100,00% em renda fixa, sendo 96,38% em títulos públicos e o restante em operações compromissadas com lastro em títulos públicos. Desta forma, os recursos estão aplicados de acordo com as Políticas de Investimentos.

Conforme previsto, as Recomendações do Relatório de Controle Interno do 2º Semestre de 2014, referente a investimentos, foram atendidas:

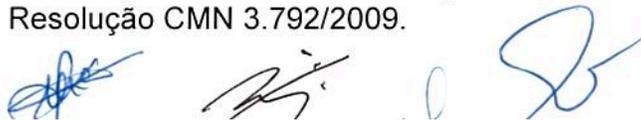
- os Comitês Gestores dos planos RP, RG e RG-UNIS, foram criados e os seus representantes, indicados pelos respectivos patrocinadores, empossados no dia 26 de junho de 2015, de acordo com o § 1º do art. 25 e arts. 52 a 54 do Estatuto Social da Fundação.
- A partir de março de 2015, a Fundação apresentou as Políticas de Investimentos segregadas por planos, conforme estabelece o art. 16º da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de Setembro de 2009 – Como as primeiras contribuições ao plano iniciaram em março de 2013, as publicações seguem o art. 54º da mesma resolução.

Recomendações:

1. Atualmente, a SP PREVCOM mantém a gestão dos recursos vinculados à mesma Administradora responsável pela administração, custódia e controladoria do Fundo, porém, o art. 9º da Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 3.792/2009 estabelece que: "Na aplicação dos recursos, a EFPC deve identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos, incluídos [...] a segregação das funções de gestão, administração e custódia". Diante disso, esse Conselho Fiscal recomenda que o Conselho Deliberativo analise a relevância e urgência quanto à adequação da estrutura de gestão, administração e custódia do Fundo.

2.7. Manifestação

Diante das análises efetuadas e em atendimento ao art. 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, esse Conselho observou que a Fundação SP PREVCOM no 1º Semestre de 2015 teve as Políticas de Investimentos dos planos RG, RP e RG - UNIS aderentes à Resolução do CMN 3.792/09 e demais normas emitidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, salvo os apontamentos mencionados na recomendação. A Fundação deve envidar esforços no sentido de adequar a estrutura de gestão, administração e custódia em conformidade com a Resolução CMN 3.792/2009.



3. Análise da Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

De acordo com o Inciso I, do artigo 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal verificou a documentação disponibilizada pela Fundação para análise de aderência das premissas e hipóteses atuariais dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS, utilizadas no primeiro semestre de 2015 e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

3.1. Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS (Anexo VI)

A aprovação dos Planos de Benefícios PREVCOM RP e PREVCOM RG ocorreu em 21 de janeiro de 2013, através das Portarias nº 18 e nº 19, publicadas no D.O.U. O Plano de Benefício PREVCOM RG-UNIS ocorreu em 04 de dezembro de 2013, através da Portaria nº 670, publicada no D.O.U.

Com base na Nota Técnica atuarial preparada pelo atuário dos planos, uma vez que a natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD), não são empregadas bases financeiras e atuariais na definição dos benefícios e custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício. Para este, a tábua biométrica utilizada é AT2000, segregada por sexo.

Os Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS são planos de múltipla escolha na Renda de Aposentadoria, contendo benefícios enquadrados na modalidade de Contribuição Definida (CD), calculados financeiramente.

Foi contratada uma seguradora para cobertura dos benefícios de risco, cuja autorização se deu através da 5ª Reunião do Conselho Deliberativo, em 31 de agosto de 2012, na qual o Diretor Presidente da Fundação comunicou aos conselheiros o envio da carta-convite para contratação da referida seguradora, com base na Resolução CGPC nº 10 de 30 de março de 2004. O termo de referência foi encaminhado em 20 de setembro de 2012, e após análise, foi escolhida a Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nº 209, de 06 de novembro de 2012.

Com base nas informações disponibilizadas pelo departamento de seguridade da Fundação (Balancetes de Evolução Mensal Consolidado e dos Planos - Anexo VIII e Relatório Gerencial – Anexo IX), foram elaborados os quadros a seguir que demonstram as movimentações dos saldos no período das Provisões Matemáticas e dos Fundos Administrativo e Previdencial dos Planos de Benefícios:



CONSOLIDADO

	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/14	dez/14	jun/15
Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)	106.408.672	196.890.318	289.431.485
Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)	1.607.876	696.972	2.141.739
	valores em R\$	valores em R\$	valores em R\$

PLANO RP

	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/14	dez/14	jun/15
Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)	8.047.102	18.560.991	30.118.317
Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)	913.819	523.080	729.048
	valores em R\$	valores em R\$	valores em R\$

PLANO RG

	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/14	dez/14	jun/15
Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)	62.205.505	93.593.272	123.625.960
Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)	405.913	171.877	603.848
	valores em R\$	valores em R\$	valores em R\$




	PLANO RG-UNIS		
	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/14	dez/14	jun/15
Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)	36.156.066	84.736.055	135.687.208
Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)	288.144	2.015	808.843
	valores em R\$	valores em R\$	valores em R\$

3.2. Cobertura Patrimonial dos Planos

Devido à natureza dos planos de benefícios (CD), que transformam as cotas individuais em nome de cada Participante, em Fundos, verificamos que o Patrimônio apurado é suficiente para a cobertura dos compromissos.

Cobertura Patrimonial dos Planos - Consolidado sem PGA

1º Semestre 2014		2º Semestre 2014		1º Semestre 2015	
Ativo Total	111.614.537	Ativo Total	199.386.565	Ativo Total	294.159.970
(-) Exigível Operacional	3.597.989	(-) Exigível Operacional	1.799.274	(-) Exigível Operacional	2.586.747
(-) Fundo Adm. e Previd.	1.607.876	(-) Fundo Adm. e Previd.	696.972	(-) Fundo Adm. e Previd.	2.141.739
Ativo Líquido	106.408.672	Ativo Líquido	196.890.318	Ativo Líquido	289.431.485
(-) Provisões Matemáticas	106.408.672	(-) Provisões Matemáticas	196.890.318	(-) Provisões Matemáticas	289.431.485
Equilíbrio	-	Equilíbrio	-	Equilíbrio	-
	valores em R\$		valores em R\$		valores em R\$




PREVCOM RP		PREVCOM RP		PREVCOM RP	
1º Semestre 2014		2º Semestre 2014		1º Semestre 2015	
Ativo Total	9.250.698	Ativo Total	19.374.238	Ativo Total	31.231.126
(-) Exigível Operacional	289.777	(-) Exigível Operacional e Contingencial	290.167	(-) Exigível Operacional	383.760
(-) Fundo Adm. e Previd.	913.819	(-) Fundo Adm. e Previd.	523.080	(-) Fundo Adm. e Previd.	729.048
Ativo Líquido	8.047.102	Ativo Líquido	18.560.992	Ativo Líquido	30.118.317
(-) Provisões Matemáticas	8.047.102	(-) Provisões Matemáticas	18.560.992	(-) Provisões Matemáticas	30.118.317
Equilíbrio	-	Equilíbrio	-	Equilíbrio	-
valores em R\$		valores em R\$		valores em R\$	
PREVCOM RG		PREVCOM RG		PREVCOM RG	
1º Semestre 2014		2º Semestre 2014		1º Semestre 2015	
Ativo Total	64.343.733	Ativo Total	94.515.301	Ativo Total	125.252.195
(-) Exigível Operacional	1.732.315	(-) Exigível Operacional e Contingencial	750.151	(-) Exigível Operacional	1.022.388
(-) Fundo Adm. e Previd.	405.913	(-) Fundo Adm. e Previd.	171.878	(-) Fundo Adm. e Previd.	603.848
Ativo Líquido	62.205.505	Ativo Líquido	93.593.272	Ativo Líquido	123.625.960
(-) Provisões Matemáticas	62.205.505	(-) Provisões Matemáticas	93.593.272	(-) Provisões Matemáticas	123.625.960
Equilíbrio	-	Equilíbrio	-	Equilíbrio	-
valores em R\$		valores em R\$		valores em R\$	
PREVCOM RG-UNIS		PREVCOM RG-UNIS		PREVCOM RG-UNIS	
1º Semestre 2014		2º Semestre 2014		1º Semestre 2015	
Ativo Total	38.020.106	Ativo Total	85.497.026	Ativo Total	137.676.649
(-) Exigível Operacional	1.575.897	(-) Exigível Operacional e Contingencial	758.955	(-) Exigível Operacional	1.180.598
(-) Fundo Adm. e Previd.	288.144	(-) Fundo Adm. e Previd.	2.015	(-) Fundo Adm. e Previd.	808.843
Ativo Líquido	36.156.066	Ativo Líquido	84.736.055	Ativo Líquido	135.687.208
(-) Provisões Matemáticas	36.156.066	(-) Provisões Matemáticas	84.736.055	(-) Provisões Matemáticas	135.687.208
Equilíbrio	-	Equilíbrio	-	Equilíbrio	-
valores em R\$		valores em R\$		valores em R\$	




3.3. Manifestação do Conselho Fiscal

Tendo em vista que a natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD), e durante o período de atividade e de recebimento adota a capitalização por cotas, não haverá manifestação acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, uma vez que não são empregados na definição dos benefícios e de custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício. Como parâmetro de suporte a definição de recebimento do benefício pelo participante é utilizada a tábua biométrica AT-2000, segregada por sexo, a qual indica aderência à realidade demográfica dos participantes dos planos de benefícios.





4. Acompanhamento da Execução Orçamentária

Conforme a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, parágrafo 1º do artigo 16, as entidades fechadas de previdência complementar devem elaborar a peça orçamentária segregada por plano de benefícios, considerando as especificidades de cada um. O Orçamento deve ser elaborado pela Diretoria da Fundação, apreciada pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho Deliberativo. Cabe ao Conselho Fiscal da entidade manifestar-se com relação à execução orçamentária, conforme descrito na própria Resolução CGPC nº 13, em seu artigo 19, inciso I.

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios gerenciais mensais disponibilizados pela Fundação adotou como procedimento de análise, o desempenho da execução orçamentária realizada no período objeto desta manifestação.

Foram objeto de análise os relatórios de Execução Orçamentária (Anexo IV) e o Relatório Gerencial (Anexo IX) relacionado aos indicadores de despesas, que contemplam as justificativas em relação a eventuais extrapolações de dispêndios.

No tocante às receitas foram analisados os ingressos de recursos contemplando o aporte pelo Patrocinador de R\$ 5 milhões, sendo cinco aportes de R\$ 1 milhão cada, aportados em 12/02/15, 17/03/15, 27/04/15, 21/05/15 e 29/06/15, cujos recursos foram destinados ao custeio da Fundação, enquanto a taxa administrativa, fixada nos regulamentos ou respectivos Planos de Contribuição dos Benefícios Previdenciários, for insuficiente ao seu suprimento, conforme dispõe o inciso II, do art. 36, da lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011, que instituiu a SP PREVCOM. O Anexo VII corresponde ao Fluxo de Caixa, que apresenta os aportes extraordinários do Governo, entre outras informações.

4.1. Gestão Previdencial

4.1.1. Da execução orçamentária das Adições

As Adições são representadas pelas contribuições efetuadas pelos patrocinadores, seus participantes ativos, autopatrocinados¹ e portabilidade² por meio de percentuais definidos no Regulamento do Plano e também nos trabalhos de avaliação atuarial, sendo aplicados sobre a folha de salários mensal.

¹ Autopatrocinados são aqueles que, ao deixar de ser Participantes Ativos ou Participantes Ativos Facultativos pelo rompimento do vínculo com o Patrocinador ou por ocorrência de perda parcial da remuneração recebida, optarem por permanecer inscritos nos Planos e recolher as contribuições determinadas para eles e para o Patrocinador no Plano Anual de Custeio.

² Portabilidade: Valores portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Complementar (Entidade Aberta ou Fechada) em nome do Participante.

Plano de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS

Com base nas informações do quadro a seguir extraídas dos relatórios de Execução Orçamentária (Anexo IV), verificamos que os totais de Adições relacionadas às contribuições previdenciárias representaram no primeiro semestre, 89,9% das projeções orçadas.

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 1º Semestre 2015		
		Orçado	Realizado	%
3.1.1.1.01.01.0066	Contribuição Normal Patrocinadora	45.876.156	36.536.242	79,6%
3.1.1.3.01.01.0056	Contribuição Normal Participante	40.787.051	41.227.069	101,1%
3.1.1.3.01.01.0059	Contribuição Facultativa	420.000	522.820	124,5%

Total de Contribuições	87.083.207	78.286.130	89,9%
------------------------	------------	------------	-------

Não foram previstas projeções para as portabilidades. No entanto, no primeiro semestre o montante de valores portados de outros planos de previdência foi de R\$ 379 mil.

Orçamento - 1º Semestre 2015				
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
3.1.5.	Portabilidade (Entrada)	-	378.899	0,0%

Total de Portabilidades	-	378.899	0,0%
-------------------------	---	---------	------

valores em R\$

O montante realizado no primeiro semestre se apresentou superior às premissas utilizadas para estimar os aportes de contribuições no período.

A seguir, um panorama das perspectivas de adesões para a SP-PREVCOM:

Em 25 de Fevereiro de 2015 foram publicados os Decretos nº 61.131 e nº 61.132, que determinavam, respectivamente, diretrizes e providências para a redução de gastos do Poder Executivo e medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais.

Como consequência, novas contratações e concursos deveriam ser adiados, o que contribuiu para uma tímida perspectiva de adesões aos planos de benefícios previdenciários da SP-PREVCOM no primeiro semestre.



Paralelamente, conforme amplamente divulgado, desde o segundo semestre de 2014, a Universidade de São Paulo passa por uma crise financeira e, como medida para redução de despesas com folha de pagamento, instituiu o Plano de Iniciativa de Demissão Voluntária (PIDV). Esse fato gerou impacto direto na projeção de adesões da SP-PREVCOM, pois um número significativo de potenciais participantes estava alocado naquela universidade. Além disso, a SP-PREVCOM constatou uma redução no seu número real de participantes em virtude do potencial número de cancelamentos advindos do PIDV.

Outro fator levado em consideração na projeção de adesões realizada pela SP-PREVCOM para 2015 foi a liminar concedida por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade que alterou, mesmo que em decisão não transitada em julgado, a data de início de vigência do regime de previdência complementar para os servidores titulares de cargo efetivo que ingressam no serviço público do Estado de São Paulo. Tal decisão impactou no ingresso de novos participantes no regime de previdência complementar bem como em cancelamentos de adesões daqueles que não mais se encontravam abrangidos pelo novo regime previdenciário.

Em suma, a SP-PREVCOM definiu um número de adesões para o primeiro semestre de 2015, com base em perspectivas provenientes, principalmente, dos Decretos nº 61.131 e nº 61.132, ambos de 25 de fevereiro de 2015, do Plano de Iniciativa de Demissão Voluntária (PIDV) da USP e por fim, da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.

Adesões – 1º semestre 2015

Apesar do cenário não muito favorável indicar forte retração no número de novas adesões, bem como aumento no número de cancelamentos, a SP-PREVCOM obteve um desempenho melhor do que o esperado. Alguns fatores podem ser apontados como determinantes:

- Apesar dos Decretos nº 61.131 e nº 61.132 determinarem a redução de 10% nas despesas com custeio constantes na Lei 15.646, de 23 de dezembro de 2014 e pelo menos 15 % nos valores despendidos com a remuneração global de pessoal nos cargos em comissão, funções e empregos públicos de confiança, as Secretarias de Segurança Pública, Educação, Saúde e Administração Penitenciária, por se tratarem de serviços essenciais à população, sofreram menor impacto (5%) e seus novos servidores contribuíram para aumentar o número de novos participantes da SP-PREVCOM;
- A SP-PREVCOM criou um canal de atendimento, direcionado aos servidores da USP que optaram pelo PIDV, desenvolvido para conter os pedidos de resgate e revertê-los em autopatrocínio, o que resultou em um número menor de cancelamentos do que o esperado;



- A área de atendimento ao patrocinador da SP-PREVCOM e a Diretoria de Seguridade trabalharam junto aos RH's do Poder Judiciário no sentido de manter os participantes daqueles órgãos vinculados à Fundação até o trânsito em julgado o mérito da ADIN. O único órgão que optou por retirar seus participantes da folha de contribuições da SP-PRECOM foi a Defensoria Pública;
- Em virtude da eleição realizada em outubro de 2014, o Poder Legislativo também cooperou para superar as expectativas de adesão, uma vez que a posse, em março de 2015, de novos deputados estaduais contribuiu para o aumento do número de novas adesões.

Desta forma, apesar dos prognósticos negativos e do alto número de cancelamentos, a SP-PREVCOM conseguiu superar a meta orçada de adesão no 1º semestre de 2015.

4.1.2. Da execução orçamentária das Deduções

As deduções representam o valor de pagamento de benefícios (aposentadorias, resgates de contribuições, portabilidades) pagos no período.

Plano de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS

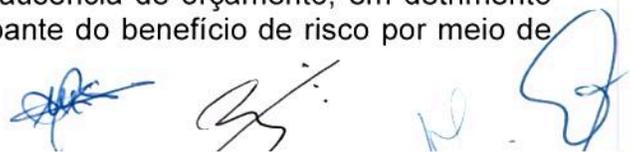
Com base nas informações do quadro a seguir extraídas dos relatórios de Execução Orçamentária (Anexo IV), verificamos que o total de Deduções relacionadas às contribuições previdenciárias no primeiro semestre foi de R\$ 1,2 milhão, não sendo contemplado na projeção orçamentária os tipos de eventos de Resgate e Portabilidade (saída).

Orçamento		1º Semestre 2015		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
3.2.3.1	Resgate	-	1.123.991	0,0%
3.2.3.2	Portabilidade (saída)	-	49.425	0,0%
Total de Deduções		-	1.173.416	0,0%

valores em R\$

Não há previsão de valores para os institutos legais previstos na legislação e para o recebimento de concessão de benefícios, tendo em vista que inexistem parâmetros dos participantes para projeção orçamentária.

Em relação a Fundos de Risco foi justificada a ausência de orçamento, em detrimento da opção facultativa da contratação pelo participante do benefício de risco por meio de uma seguradora contratada pela Fundação.



Orçamento - 1º Semestre 2015				
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
3.2.9.1.0304	Fundos de Risco	-	148.268	0,0%

Total de Deduções	-	148.268	0,0%
-------------------	---	---------	------

valores em R\$

4.2. Gestão Administrativa

4.2.1. Da execução orçamentária das receitas administrativas

Os valores “Correntes” da Gestão Previdencial são representados pelas contribuições efetuadas por parte dos patrocinadores e participantes para a cobertura de despesas administrativas da Fundação.

As fontes de custeio efetivamente geradoras de recursos são definidas anualmente pelo Conselho Deliberativo, mediante proposição contida no PGA sugerido pela Diretoria Executiva.

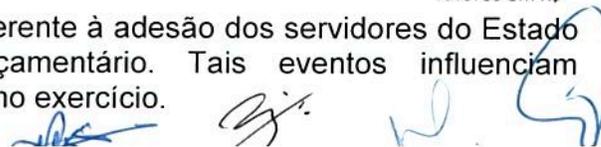
Estes valores são transferidos mensalmente por meio de lançamentos contábeis para a Gestão Administrativa de acordo com as normas de contabilização das EFPC's.

Com base nas informações do quadro a seguir, extraídas do relatório de Execução Orçamentária (Anexo IV), constatamos que os valores executados no primeiro semestre de 2015 correspondem a 93,0% das projeções orçadas, destoando da relação entre o realizado e orçado para as adições relacionadas às contribuições previdenciárias que foi de 135,3% no primeiro semestre de 2015.

Orçamento		1º Semestre 2015		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
4.1.1.1.01	Patrocinador	7.993.809	7.831.591	98,0%
4.1.1.1.03	Participantes	2.904.704	2.304.115	79,3%
Total de Correntes		10.898.513	10.135.706	93,0%

valores em R\$

A Fundação tem se inteirado da contenção referente à adesão dos servidores do Estado de São Paulo em razão de corte orçamentário. Tais eventos influenciam significativamente o desempenho das adições no exercício.



O excedente das contribuições do patrocinador quando comparado às contribuições dos participantes, deve-se principalmente às contribuições vertidas à cobertura das despesas de custeio pelo Patrocinador da Fundação, previsto no art. 36 da Lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011.

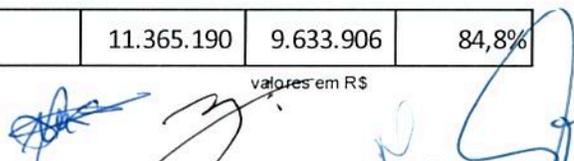
4.2.2. Da execução orçamentária das despesas administrativas

As despesas administrativas da Gestão Previdencial são relacionadas à administração do Plano de Benefícios, como por exemplo: salários, encargos, informática, consultorias, auditorias, assessorias, advogados, dentre outros.

Foram objeto de análise deste item, os Balancetes de Evolução Mensal Consolidado e dos Planos (Anexo VIII), a Execução Orçamentária (Anexo IV) e o Relatório Gerencial (Anexo IX) relacionado aos indicadores de despesas, que denotaram dispêndio inferior às projeções orçadas, conforme quadro a seguir.

Orçamento		1º Semestre 2015		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
4.2.1.1.01	Pessoal e Encargos	5.106.345	4.398.343	86,1%
4.2.1.1.02	Treinamentos e Congressos	52.728	784	1,5%
4.2.1.1.03	Viagens e Estadias	70.992	12.018	16,9%
4.2.1.1.04	Serviços de Terceiros	1.832.478	1.509.992	82,4%
4.2.1.1.05	Despesas Gerais - Comuns	3.520.447	3.142.039	89,3%
4.2.1.1.06	Depreciações e Amortizações	108.000	87.373	80,9%
4.2.1.1.07	Tributos	380.104	279.059	73,4%
4.2.1.1.99	Outras Despesas	40.000	3.411	8,5%
4.2.1.2.05	Despesas Gerais - Específicas	7.248	7.272	100,3%
4.2.1.2.07	Tributos (PIS/COFINS sobre Contr. dos patrocinadores/participantes)	242.348	192.311	79,4%
4.2.2.1.07	TRIBUTOS (PIS/COFINS sobre Rendimento dos Investimentos Administrativos)	4.500	1.305	29,0%
Total de Despesas		11.365.190	9.633.906	84,8%

valores em R\$



Com base em informações prestadas pela Fundação, foi justificado que a execução orçamentária abaixo das despesas estimadas derivou-se da adoção de medidas voltadas para o atendimento aos Decretos elencados no item 4.1.1.

Ressalta-se que de acordo com o descrito no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, as despesas administrativas são geridas de forma solidária, sendo registrada em cada plano de benefícios a parcela a este pertinente, em forma de rateio. O mesmo procedimento é aplicado aos aportes extraordinários, que foram registrados em atendimento ao previsto no item II do art. 36 da Lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011.

4.2.3. Acompanhamento dos indicadores de Gestão

Em atendimento a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, e Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, a partir de 1º de janeiro de 2010 as Entidades Fechadas de Previdência Complementar deverão passar a adotar indicadores com o objetivo de avaliar a Gestão Administrativa aplicada, ampliando o processo de governança corporativa.

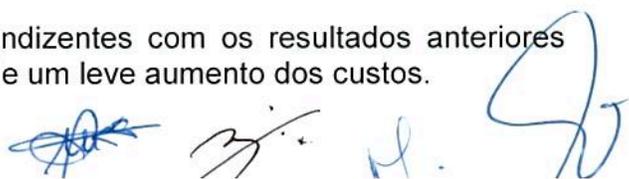
Desta forma, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA vigente estabelece no artigo 21 os seguintes indicadores de gestão:

I - **Despesas com os investimentos por recursos garantidores** - razão entre as despesas de investimentos realizadas no exercício e o total dos recursos garantidores no último dia do exercício.

	Despesas Investimentos (R\$)	Recursos Garantidores (R\$)	%
1º Semestre/2013	1.775	7.681.413	0,02%
2º Semestre/2013	7.467	37.592.560	0,02%
1º Semestre/2014	20.762	108.016.548	0,02%
2º Semestre/2014	64.789	197.587.291	0,03%
1º Semestre/2015	89.212	291.573.223	0,03%

O indicador demonstra resultado extremamente baixo, em razão de o denominador refletir o saldo dos recursos garantidores do último dia de cada exercício, em um período de acumulação de poupança previdenciária. O Conselho Fiscal recomenda a utilização do saldo médio dos recursos garantidores no período analisado como parâmetro para o referido indicador.

Apesar disso, o indicador apresenta dados condizentes com os resultados anteriores mantendo uma média razoável, com indicativo de um leve aumento dos custos.



II - **Despesas por participante** - razão entre o somatório das Despesas Administrativas previdenciais e de investimentos e o número de participantes do plano de benefícios.

Período		Despesas (R\$)	Nº de Participantes	Despesa por participante (R\$)
1º Sem 2013	jan/13	1.365.353	0	-
	fev/13	1.489.771	30	49.659
	mar/13	1.545.652	514	3.007
	abr/13	1.464.879	1.547	947
	mai/13	1.548.141	2.380	650
	jun/13	1.335.488	3.362	397
2º Sem 2013	jul/13	1.451.157	3.718	390
	ago/13	1.450.184	3.949	367
	set/13	1.594.138	4.526	352
	out/13	593.802	5.286	112
	nov/13	1.553.954	5.656	275
	dez/13	1.321.218	6.393	207
1º Sem 2014	jan/14	1.438.007	8.609	167
	fev/14	1.327.506	12.559	106
	mar/14	1.637.360	13.022	126
	abr/14	1.509.294	13.432	112
	mai/14	1.535.294	13.944	110
	jun/14	1.526.260	14.190	108
2º Sem 2014	jul/14	1.707.510	14.423	118
	ago/14	1.574.002	14.736	107
	set/14	1.555.119	15.074	103
	out/14	1.640.591	15.348	107
	nov/14	1.640.072	15.665	105
	dez/14	1.569.940	16.125	97
1º Sem 2015	jan/15	1.717.621	16.204	106
	fev/15	1.517.852	16.166	94
	mar/15	1.498.212	16.208	92
	abr/15	1.483.617	16.313	91
	mai/15	1.881.437	16.617	113
	jun/15	1.535.168	17.055	90

O indicador demonstra redução das despesas incorridas per capita, dado que o número de participantes tem aumentado mensalmente e um significativo conjunto de despesas fixas administrativas, como aluguel, pessoal, serviços de terceiros, dentre outros, independem até determinado patamar de incremento de novos participantes ("ganho de escala"). Nota-se uma tendência do aumento do número de participantes ser,

percentualmente, superior ao aumento das despesas administrativas, resultando em queda no indicador, padrão que se pressupõem continuar nos próximos períodos.

III - **Despesas administrativas da SP-PREVCOM** - razão entre as Despesas Administrativas realizadas e as Despesas Administrativas previstas no exercício.

Período	Orçado	Realizado	% Execução
1º Sem 2013	11.037.353	8.749.284	79,3%
2º Sem 2013	10.872.952	7.964.453	73,3%
1º Sem 2014	11.286.753	8.973.719	79,5%
2º Sem 2014	10.942.380	9.548.480	87,3%
jan/15	2.117.203	1.717.621	81,1%
fev/15	1.839.729	1.517.852	82,5%
mar/15	1.817.706	1.498.212	82,4%
abr/15	1.819.528	1.483.617	81,5%
mai/15	1.889.539	1.881.437	99,6%
jun/15	1.881.487	1.535.168	81,6%
1º Sem 2015	11.365.190	9.633.906	84,8%

Com base nas informações da tabela acima, constatamos que os valores executados foram inferiores às projeções orçadas, em razão dos motivos expostos no item 4.2.2. Nota-se também que, com exceção do mês de maio de 2015, em que houve aumento nas despesas em virtude do ajuste na provisão de férias dos empregados da SPPREVCOM, o indicador apresentou que houve uma tendência de estabilidade nos percentuais do primeiro semestre.

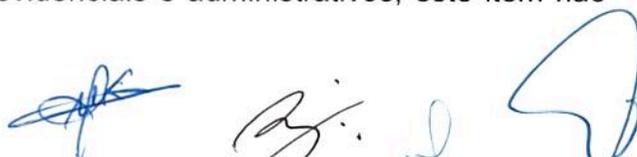
4.3. Investimentos

4.3.1. Da execução orçamentária dos investimentos

A apuração do fluxo dos investimentos tem como objetivo demonstrar a rentabilidade obtida com as aplicações financeiras da Entidade, as quais são transferidas a:

- Gestão Previdencial - para a constituição das Provisões Atuariais; e
- Gestão Administrativa - para constituição do Fundo Administrativo.

Como não foi incluído no orçamento da Fundação a projeção de receitas e despesas advindas dos investimentos dos recursos previdenciais e administrativos, este item não é aplicável.



4.4. Comentários e Recomendações

Comentários

Ressalvadas as incertezas que ainda permeiam a elaboração do orçamento anual da Fundação, o Conselho Fiscal julga bastante razoável os atuais níveis de aderência da sua execução. Pressupõe-se que os cenários que subsidiaram as projeções de execução orçamentária, estejam sendo perseguidos pela Administração no sentido de tornar a Fundação autossustentável no prazo estimado, amparada pelos aportes orçados e executados pelo Patrocinador.

Entretanto quando observado o conjunto de receitas auferidas no período, combinado com as despesas realizadas, houve durante o exercício, a necessidade de novos aportes, apesar das iniciativas da Administração no sentido de reduzir os seus custos. Tal condição confirma-se quando analisados os níveis de execução de despesas orçamentárias que superam os níveis de execução das receitas. Frente a isso, a fundação tomou ações para a redução de despesas que deverão ter efeitos no próximo semestre, tais como a mudança da sede da fundação, renegociação de contratos firmados com terceiros, cancelamento de contratos e adiamento da implementação de alguns projetos, o que irá ajudar na redução das despesas.

Ademais, mesmo reduzidos, os custos fixos relacionados à manutenção da Fundação, como aluguéis, salários, softwares, auditoria, assessoria jurídica e atuária consomem percentual elevado conforme observado no Relatório Gerencial (Anexo IX), sendo que o equilíbrio econômico e financeiro da fundação depende de ações que garantam o aumento de participantes e de receitas para fundação.

Recomendações

Este colegiado sob os preceitos que regem suas atribuições recomenda:

1. Continuidade de medidas que traduzam em incremento de receitas, no sentido de garantir equilíbrio e independência financeira para a Fundação, com níveis competitivos de custeio administrativos.
2. Para que o Conselho Fiscal possa incorporar em suas manifestações a avaliação do cumprimento das metas dos indicadores de gestão de despesas administrativas, o Conselho Deliberativo deve apresentar tais metas, bem como seus limites e critérios quantitativos e qualitativos, de acordo com o previsto no artigo 4º da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e conforme já determinado nos Relatórios de Fiscalização RF nº 12/2014/ERSP/PREVIC e RF nº 13/2014/ERSP/PREVIC emitidos pela PREVIC em 22/08/2014.

4.5. Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo nº 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que o grau de detalhamento do orçamento apresenta-se adequado a atual fase operacional, ao porte e a complexidade da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM, permitindo o efetivo acompanhamento, por parte desse conselho, da execução orçamentária, e, que os principais itens não cumpridos na execução orçamentária, derivaram em grande parte de fatores exógenos à Administração da Fundação, e que as oscilações que apresentam relevância em seus valores foram devidamente justificadas ao longo do presente relatório.



5. Investimentos em Ativo Permanente

No primeiro semestre de 2015 o Conselho continuou a análise das despesas orçamentárias aos investimentos realizados para a aquisição do Imobilizado e Intangível da Fundação, que estão disponibilizados a seguir:

Orçado x Realizado

O orçamento de 2015 prevê um investimento em ativo imobilizado na ordem de R\$ 111 mil. Para o primeiro semestre previu R\$ 83 mil. Deste valor, apenas 17,6% (R\$ 14 mil) foi realizado. As principais aquisições do semestre foram referentes a investimentos em informática, em software.

Meses	Exercício de 2015						1º semestre de 2015
	janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	
Ativos Orçados (geral)	R\$ 4.666,66	R\$ 59.666,66	R\$ 4.666,66	R\$ 4.666,66	R\$ 4.666,66	R\$ 4.666,66	R\$ 82.999,96
Ativos Adquiridos (Realizados)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.480,00	R\$ 8.111,00	R\$ -	R\$ 14.591,00
Descrição do Item adquirido	-	-	-	Licença de uso de sistema de análise de investimentos - Sistema Com Dinheiro	Licença de uso do Symantec BACKUP EXEC BE 15 SERVER WIN E (valor R\$ 1.250,00); 97 Renovações do Direito de uso de Software Antivirus - Enterprise Security for Endpoints Standard (valor R\$ 2.850,00); e Mini Rack de Parede 12U x 19 x 670 mm preto (valor R\$ 4.011,00)		Total do semestre
Variação % entre Orçado e Realizado	-	-	-	138,9%	173,8%	-	17,6%



5.1 Comentários e Recomendações

Comentários

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo nº 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que o grau de detalhamento do orçamento quanto aos investimentos em ativo permanente apresenta-se adequado a atual fase operacional, ao porte e a complexidade da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM, permitindo o efetivo acompanhamento, por parte desse Conselho, da execução orçamentária.

Verificamos que a Fundação atentou para o art. 51 da lei 8.666, de 21 de junho de 1993, quanto à investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Portaria do Diretor Presidente, de 21/05/2015, publicada no Diário Oficial do Estado em 22/08/2015.

Recomendação

A Fundação deverá continuar observando as disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 para aquisições que atendam a atividade meio da Fundação;



6. Controles Internos

6.1. Comentários e Recomendações do relatório anterior (2º semestre/2014)

No Relatório de Controles Internos, referente ao 2º semestre de 2014 foram feitas as seguintes recomendações:

Recomendações

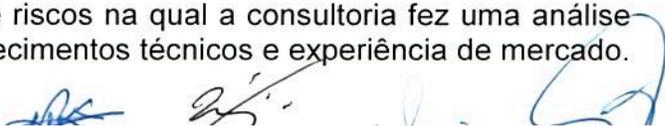
1. Implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos, dentro do cronograma estabelecido no Manual de Governança Corporativa, dando assim continuidade ao trabalho iniciado pelo comitê designado;

Comentários da Administração:

Conforme cronograma estabelecido no Manual de Governança Corporativa, a Fundação selecionou e contratou, conforme termo contratual de nº 02/2015, assinado 29/01/2015, a empresa Risk Office S.A., com vigência de 24 meses, contados a partir de sua assinatura. O contrato tem por objeto a contratação de serviço de consultoria para apoio à implementação dos processos de Gerenciamento de Riscos e Controles internos, a constituição da cadeia de valores, a identificação e mapeamento de processos, treinamento para desenvolvimento de gestores e mapeamento de riscos e controles, elaboração da matriz de riscos, monitoramento de riscos e ações de melhoria.

Para fins de que o objeto contratual a ser executado alcance a sua finalidade, com eficácia e qualidade requeridos, foi elaborado uma cronograma de atividades, as quais estão descritas a seguir conforme seu planejamento e execução:

- As atividades iniciaram no mês de fevereiro de 2015 com a definição do dicionário de riscos e critérios de mensuração.
- Em março foi feito o levantamento dos processos e das atividades de cada unidade da Fundação.
- Em abril foi realizado um treinamento teórico com os colaboradores para identificação e mensuração dos riscos, bem como a autoavaliação dos riscos originais (riscos sem os controles - com base no conhecimento de cada gestor no processo de identificação e na mensuração de riscos e controles internos).
- No mês de maio foi feita a apreciação de riscos na qual a consultoria fez uma análise aos riscos associados, baseada em conhecimentos técnicos e experiência de mercado.



Foram feitas sugestões de melhoria e o material foi apresentado e discutido com os colaboradores responsáveis pelos subprocessos que o validaram.

- Está previsto para o início do segundo semestre, (mês de julho) a entrega de um relatório gerencial contendo a análise de risco original da SP-PREVCOM.

2. Instituição dos Comitês Gestores no exercício de 2015;

Comentários da Administração:

Os membros dos Comitês Gestores dos Planos de Benefício RP, RG e RG-UNIS, indicados pelos Poderes, foram empossados pelo Presidente do Conselho Deliberativo, na 39ª reunião, realizada em 25/06/2015.

3. Aplicação dos indicadores de gestão administrativa e respectiva análise, com base nas metas e critérios estabelecidos pelo Conselho Deliberativo;

4. Manutenção de toda sua legislação, inclusive à revogada, para fins do efetivo acompanhamento da Fundação, quanto ao seu histórico, evolução, bem como, adequação às determinações legais.

Comentários da Administração:

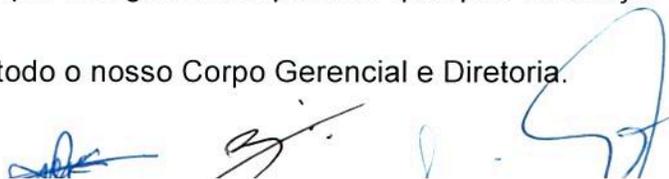
A manutenção e o acompanhamento da Legislação da Previdência Complementar se dão junto ao site da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

No site podemos consultar e copiar todas as:

- Leis Complementares;
- Leis Ordinárias;
- Coletânea de Normas dos Fundos de Pensão;
- Decretos;
- Resolução;
- Recomendações;
- Instruções.

Recebemos também informações da ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, que divulga em tempo hábil qualquer mudança na Legislação.

Essas informações são transmitidas para todo o nosso Corpo Gerencial e Diretoria.



Em relação ao item 3, que não contou com observação da diretoria da fundação por ser endereçado ao Conselho Deliberativo, esse Conselho Fiscal indica que as observações e esclarecimentos necessários estão devidamente detalhados no tópico 4.2.3. “Acompanhamento dos indicadores de Gestão” do presente relatório.

Recomendações

1. Implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos, dentro do cronograma estabelecido no Manual de Governança Corporativa, dando assim continuidade ao trabalho iniciado pelo comitê designado.

6.2. Manifestação

Em atendimento a Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal avaliou a documentação disponibilizada pela entidade para análise da aderência e eficiência dos controles internos, dos quais julgou adaptados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados até a presente data, ressaltando, entretanto que a recomendação descrita seja apropriada em 2015.

Four handwritten signatures in blue ink are visible at the bottom of the page. From left to right, they consist of a stylized signature, a signature that appears to be '3', a signature that appears to be 'W', and a large, circular signature.

7. Processos de Certificação

7.1. Conformidade aos processos de certificação, habilitação e qualificação da SP-PREVCOM

A Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, alterada pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015, dispõe que a EFPC deverá observar seu disposto quanto aos processos de certificação, habilitação e qualificação, pela qual são elencados requisitos mínimos para a posse no cargo de membro da Diretoria-Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

Conforme Art. 8º, o relatório de controles internos emitido pelo Conselho Fiscal deverá registrar a conformidade da EFPC em relação ao processo de certificação, habilitação e qualificação.

Na Fundação, a composição dos colegiados e diretoria é a seguinte:

Conselho Deliberativo: 6 (seis) membros titulares e 6 (seis) membros suplentes – todos os membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes estão certificados, conforme demonstrado:

		Data Posse	nº Certificado	Data Certificação	Validade Certificação
Antonio Fazzani Bina	Titular	21/05/2015	EA 03918	30/07/2015	29/07/2018
José Roberto de Moraes	Titular	03/04/2014	EA 03416	20/11/2014	19/11/2017
Max Freddy Frauendorf	Titular	03/04/2014	EA 01810	18/07/2015	17/07/2018
Elio Lourenço Bolzani	Titular	03/04/2014	EA 03377	07/11/2014	06/11/2017
Edisom Jesus de Souza Junior	Titular	03/04/2014	PA 03325	15/10/2014	14/10/2017
Neide Saraceni Hahn	Titular	03/04/2014	EA 03313	21/10/2014	20/10/2017
Jorge Luiz Ávila da Silva	Suplente	03/04/2014	Em processo		
Fernando Zanelli	Suplente	03/04/2014	EA 03600	09/01/2015	08/01/2018
Rubens Peruzin	Suplente	03/04/2014	EA 03294	16/10/2014	15/10/2017
Marcos Martins Nonato	Suplente	03/04/2014	Desligado em 15/01/2015		
Patrícia Gomes	Suplente	03/04/2014	PA 03560	06/12/2014	05/12/2017
Carmen Ferreira de Sousa Fernandes Costa	Suplente	03/04/2014	EA 03546	22/12/2014	21/12/2017

* O preenchimento dessa vaga será realizada na próxima eleição de Conselheiros, conforme decisão do Conselho Deliberativo (Ata da 34ª Reunião Ordinária, de 15/01/2015).

Conselho Fiscal: 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes - todos os membros titulares e 3 (três) membros suplentes estão certificados:



		Data Posse	nº Certificado	Data Certificação	Validade Certificação
Rosana Mitico Kitazume Kaneko	Titular	03/04/2014	PA 03637	16/01/2015	15/01/2018
Eliana Naccarati	Titular	03/04/2014	PA 03659	22/01/2015	21/01/2018
Elaine Cristina Eder	Titular	03/04/2014	EA 03573	24/12/2014	23/12/2017
Paulo Rafael Minetto Maceta	Titular	03/04/2014	EA 03039	26/05/2014	25/05/2017
Meiri Mayumi Urashita	Suplente	03/04/2014	Desligada em 15/01/2015		
Veruska Evanir Pereira	Suplente	03/04/2014	EA 03610	13/01/2015	12/01/2018
Vanessa Maria de Campos Freire Taschetto	Suplente	03/04/2014	EA 03192	05/09/2014	04/09/2017
Filipe Camargo Barwick	Suplente	03/04/2014	PA 03680	05/02/2015	04/02/2018

* O preenchimento dessa vaga será realizada na próxima eleição de Conselheiros, conforme decisão do Conselho Deliberativo (Ata da 34ª Reunião Ordinária, de 15/01/2015).

Diretoria Executiva: 1 (um) Diretor Presidente acumulando AETQ e 3 (três) Diretores, todos certificados:

		Data Posse	nº Certificado	Data Certificação	Validade Certificação
Carlos Henrique Flory	Diretor Presidente	03/04/2012	EI 01764	06/06/2015	05/06/2018
Karina Damiano Hirano	Diretora de Administração	03/04/2012	EA 03003	29/04/2014	28/04/2017
Karina Marçon Spechoto	Diretora de Segurança	31/07/2012	EA 02359	08/04/2013	07/04/2016
Patrícia Sales de Oliveira Costa	Diretora de Relacionamento Institucional	03/04/2012	EA 02818	20/12/2013	19/12/2016

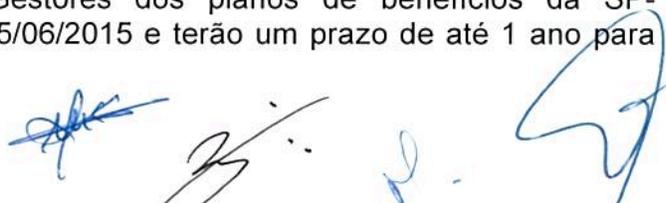
O Estatuto da Fundação - Capítulo VII – da Estrutura Organizacional – Art. 25 - § 1º, dispõe que: “Por ato da Diretoria Executiva, deverão ser criadas as seguintes estruturas auxiliares:”

1. Um Comitê Gestor para cada Plano de Benefícios
2. Um Comitê de Investimentos.

Ao Comitê de Investimentos estão vinculados os seguintes empregados – 2 (dois) assessores e 1 (um) gerente - todos certificados:

	Data Posse	nº Certificado	Data Certificação	Validade Certificação
Paulo Roberto da Rosa	04/02/2014	EA 03651	31/01/2015	30/01/2018
Flávia Nazaré de Souza Barletta	04/02/2014	EA 03782	29/04/2015	28/04/2018
Wânia Maria Ruotti	04/02/2014	EA 03504	16/12/2014	15/12/2017

Quanto aos membros dos Comitês Gestores dos planos de benefícios da SP-PREVCOM, esses tomaram posse em 25/06/2015 e terão um prazo de até 1 ano para conclusão do processo de Certificação.



7.1 Comentários

Observa-se que há um membro suplente do Conselho Deliberativo que ainda não possui certificação, contudo, de acordo com o Artigo 5º - § 5º da Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015 (alterada pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015), os membros que tomaram posse antes de 16 de abril de 2015 (data da publicação da Resolução), terão prazo de um ano para obter a certificação a partir desta data. Assim, este Conselho Fiscal avaliou que estão atendidas as exigências quanto às certificações. Verificamos, ainda, que os requisitos mínimos estão sendo observados pela Fundação. Para a posse nos cargos dos Conselhos, Diretoria e Comitês foram comprovadas experiências no exercício das atividades descritas na Resolução, bem como a formação de nível superior exigida.

Three handwritten signatures in blue ink are located at the bottom right of the page. The signatures are stylized and appear to be in cursive or a similar script.

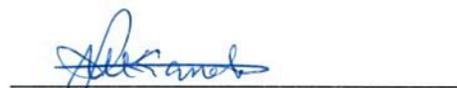
Membros Conselho Fiscal



Paulo Rafael Minetto Maceta
Conselheiro Presidente



Elaine Cristina Eder
Conselheira



Rosana Mitiko Kitazume
Conselheira



Eliana Naccarati
Conselheira

Anexos

- I - Políticas de Investimentos
- II - Regulamento do Fundo de Investimento
- III - Lâminas de controle de risco e composição da carteira
- IV - Relatórios de Execução Orçamentária
- V - Relatório de Segmentação, disponibilizado pela CVM
- VI - Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS
- VII - Fluxo de Caixa
- VIII - Balancetes - Evolução Mensal Consolidado e dos Planos – Movimento e Saldo Final
- IX – Relatórios Gerenciais (1º semestre 2015)



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left and a smaller one on the right.